

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**POLIANA BARBOSA HABITZREUTER**

**PRÁTICAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM  
ESTUDO NO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO D'OESTE (RO)**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**Artigo Científico**

**CACOAL - RO  
2014**

**POLIANA BARBOSA HABITZREUTER**

**PRÁTICAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM  
ESTUDO NO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO D'OESTE (RO)**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis sob orientação da Profa. Dra. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira.

**CACOAL - RO  
2014**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O Artigo intitulado “Práticas produtivas da agricultura familiar: um estudo no município de Espigão d’Oeste (RO)”, elaborado pela acadêmica Poliana Barbosa Habitzreuter foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

---

**Profa. Dra. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira**  
**Presidente**

---

**Profa. Msc. Ellen Cristina de Matos**  
**Membro**

---

**Prof. Msc. Rogério Simão**  
**Membro**

---

**Média**

**Cacoal - RO**  
**2014**

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade concedida há quatro anos, dando-me forças para seguir em frente, protegendo-me e iluminando meu caminho durante esta jornada;

Agradeço a minha mãe Ilzete, que foi fundamental para realização desse artigo, uma heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis de desânimo e cansaço;

O meu pai que sempre esteve ao meu lado me apoiando e incentivando;

Aos meus irmãos Fabiana e Jorge pelo apoio e compreensão;

Ao meu namorado Edinaldo por sempre estar comigo, pelo incentivo, paciência e compreensão;

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nilza pela paciência e compreensão;

A todos os professores e funcionários da UNIR Campus de Cacoal;

Aos meus amigos, que sempre estiveram do meu lado, me dando força em especial a Francielli e Lana.

# PRÁTICAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO D'OESTE (RO)

Poliana Barbosa Habitzreuter<sup>1</sup>

**RESUMO:** A agricultura familiar é tratada como um segmento estratégico para o desenvolvimento rural sustentável, pelo fato de oferecer condições de geração de emprego e renda, de preservar os recursos naturais e de oferecer produtos mais saudáveis tanto para o consumo interno como local. Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo analisar se as práticas produtivas utilizadas pelos agricultores familiares contribuem para promover e desenvolver a sustentabilidade da agricultura familiar. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa, utilizando-se a pesquisa bibliográfica e de campo. Como técnica de pesquisa utilizou-se o roteiro semi-estruturado em entrevistas com os produtores rurais do município de Espigão D'Oeste-RO. A pesquisa foi realizada no período de 17 a 28 de maio de 2014. Após a análise e posterior conclusão da pesquisa constatou-se que os produtores pesquisados ainda adotam o modelo de agricultura convencional, com utilização de fertilizantes químicos na etapa de adubação e para combater as pragas e doenças da produção utilizam produtos químicos, com bastante frequência. Verificou-se, também, uma carência em relação à disponibilização de assistência técnica, o que deixa os produtores realizarem as práticas produtivas de acordo com suas experiências e conhecimento tradicional, o baixo nível escolar também traz dificuldades no que se refere à busca de conhecimento e por assistência técnica.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; práticas produtivas; sustentabilidade.

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, como um dos segmentos da agricultura, desenvolve um papel relevante na sociedade, responsável por 70% dos alimentos consumidos diariamente, 38% da renda agropecuária e por empregar 75% da mão de obra no campo (BRASIL, 2012).

A agricultura sofreu grandes mudanças com a chamada revolução verde, período no qual teve grandes avanços no setor industrial agrícola, para aumentar a produtividade por meio de um conjunto de práticas tecnológicas que ajudaria a melhorar o processo produtivo tais como: utilização de insumos industriais como os fertilizantes químicos e os agrotóxicos, uso intensivo de máquinas agrícolas no preparo do solo (MAROUELLI, 2003).

Tais práticas contribuíram significativamente para aumentar os problemas ambientais, quais sejam: perda de fertilidade do solo, da biodiversidade, desmatamento, poluição das águas, da atmosfera, erosão entre outros (MAROUELLI, 2003).

---

<sup>1</sup> Acadêmica concluinte do 8º período do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, sob orientação da Profª. Drª. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira.

Com intuito de amenizar esses problemas, buscam-se alternativas para conservar os recursos naturais, dessa forma a agricultura familiar é vista como um ponto estratégico para o desenvolvimento do país de maneira que ela possa contribuir com práticas produtivas mais sustentáveis, visando à produção de alimentos saudáveis.

Souza (2011) ressalta ainda, que se faz necessário uma discussão a respeito da produção de alimentos em outras bases, onde se favoreça a sustentabilidade das práticas produtivas, reconhecendo a relevância da agricultura familiar e garantindo a preservação do meio ambiente, aspectos fundamentais para alcançar a segurança alimentar.

Para Chaves e Campos (2012), a agricultura familiar é uma importante aliada na implementação do desenvolvimento rural sustentável, como segmento produtivo e social, pelo fato de ser um elemento essencial, tanto para seu consumo interno e a segurança alimentar da população, quanto para a ocupação e geração de trabalho no meio rural, fazendo com que as famílias não deixem suas propriedades rurais para morarem nas cidades.

É nesse contexto que se dá a importância das práticas produtivas adotadas pelos agricultores, pois, essas evidenciam a realidade do processo produtivo e a qualidade dos alimentos consumidos diariamente.

Com base nessas considerações, o trabalho buscou responder a seguinte questão: as práticas produtivas adotadas pelos agricultores familiares estão contribuindo para promover o desenvolvimento da agricultura familiar com sustentabilidade?

Para responder a questão proposta, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar se as práticas produtivas utilizadas pelos agricultores familiares contribuem para promover e desenvolver a sustentabilidade da agricultura familiar. E teve como objetivos específicos: (1) caracterizar a agricultura familiar no município da pesquisa; (2) levantar o perfil do produtor rural familiar; (3) identificar as práticas produtivas utilizadas pelos agricultores familiares no município da pesquisa, e se essas contribuem para promover e desenvolver a sustentabilidade da agricultura familiar; (4) conhecer as perspectivas futuras do produtor rural no que se refere a investimentos e permanência na atividade rural.

O presente estudo justifica-se pela importância atribuída à agricultura familiar na geração de emprego e renda no campo, na produção de alimentos diversificados, e pelas práticas produtivas mais equilibradas. Por essas razões pretendeu-se evidenciar as práticas produtivas que estão sendo realizadas pelos agricultores familiares do município de Espigão D'Oeste.

O trabalho visa também contribuir com pesquisas já existentes para que autoridades competentes e consumidores possam tomar medidas necessárias para o desenvolvimento rural sustentável. Sob o ponto de vista acadêmico, a pesquisa contribuiu para melhor compreensão da situação que se encontram as práticas produtivas na agricultura familiar do município em questão, e servir como referência para outros trabalhos na área.

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo com uma abordagem qualitativa, utilizando-se a pesquisa bibliográfica e de campo, com coleta de dados por meio de roteiro semi-estruturado em entrevistas com os produtores rurais do município de Espigão D'Oeste-RO. O método utilizado foi o dedutivo. Foram entrevistados 47 (quarenta e sete) produtores rurais, e a coleta de dados foi realizada no período de 17 a 28 de maio de 2014.

Verificou-se por meio da pesquisa que as práticas agrícolas encontradas mantêm as características do processo de produção convencional, com utilização de fertilizantes químicos na etapa de adubação, e para combater as pragas e doenças da produção utilizam-se produtos químicos com frequência. Outro resultado importante refere-se à falta de assistência técnica e o baixo nível de escolaridade dos produtores, o que pode aumentar as dificuldades na busca por conhecimento e por assistência técnica.

Além da presente introdução, este trabalho compõe-se do referencial teórico, com abordagem dos temas: Agricultura Familiar; agricultura familiar sustentável; e práticas produtivas. Na sequência apresenta-se a metodologia, os resultados e a análise dos dados, as considerações finais e as referências.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

No referencial teórico serão apresentados os conceitos que serviram para embasar o desenvolvimento deste estudo, o qual se compõe das seguintes temáticas: Agricultura Familiar; agricultura familiar sustentável; e práticas produtivas.

### **2.1 AGRICULTURA FAMILIAR**

A agricultura é definida como sendo a arte de lavrar a terra, arte essa que decorre da ação do homem sobre o processo produtivo, procurando suprir suas necessidades básicas (MARION, 1996).

Dessa forma, a agricultura representa toda a atividade de exploração da terra, no cultivo das agriculturas, reservas florestais e criação de animais, que contribui para produzir alimentos de boa qualidade satisfazendo às necessidades humanas (CREPALDI, 2006).

Segundo Wanderley (1996, p. 2), agricultura familiar é entendida “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. A autora ressalta, ainda, a relevância sobre esse caráter familiar que não é um simples detalhe superficial e descritivo, pois agregar família, produção-trabalho em uma estrutura produtiva pode trazer consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

Agricultura familiar é desempenhada por pequenos proprietários rurais em que o processo de produção é realizado por meio de mão de obra basicamente do núcleo familiar. Esse tipo de produção em família em diversas regiões brasileiras é a principal atividade econômica, sendo muito importante seu potencial na geração de emprego e renda no campo (SARTIN, 2012).

Abramovay (1998) caracteriza a agricultura familiar com três aspectos importante e que estão presentes em todas as definições de trabalhos, em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Já Pedon (2013) define agricultura familiar como o modelo de prática agrícola baseado no predomínio do trabalho familiar, não se restringindo apenas a pequenas propriedades.

Segundo Tinoco (2006), a maioria das definições dadas recentemente em trabalhos sobre a agricultura familiar, baseia-se na mão de obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. Em todos há uma característica em comum: ao mesmo tempo em que são proprietários da produção, a família assume o trabalho no estabelecimento.

No Brasil, destacam-se dois modelos de produção agrícola: (1) agricultura familiar que tem como características mão de obra basicamente da família, podendo contratar mão de obra complementar no período de colheita e, a organização do processo produtivo é realizada pelos membros da família; e (2) a agricultura patronal, que tem características de produção em grande escala com alta tecnologia, utilização de mão de obra contratada, práticas produtivas padronizadas, buscando vender grandes quantidades aumentando o lucro (NAZZARI; BERTOLINI; BRANDALISE, 2007).



O art. 3º da Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006 considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Com as mudanças ocorridas decorrente da modernização de atividades agrícolas, a agricultura familiar encontra diversas maneiras para adaptar-se ao mercado, introduzindo na propriedade rural, novos meios de gerar renda como a pluriatividade, que consiste na prática de diversas atividades remuneradas (MARTINS; BERGAMASCO, 2004).

Outra forma de gerar renda para as famílias no campo é a diversificação das atividades produtivas que além de ajudar financeiramente serve para suprir suas próprias necessidades de consumo (ALBA, 2009).

### **2.1.1 Agricultura Familiar Sustentável**

Em meados da década de 80, os impactos da agricultura moderna como a destruição das florestas, da camada de ozônio, do aquecimento global e o efeito estufa, tornaram-se temas discutidos pela opinião pública e principalmente pelos países ricos. Questionavam até quando os recursos naturais suportariam o ritmo de crescimento econômico, ou se a população resistiria ao desenvolvimento. Dessa forma, aumentaram-se as preocupações quanto à qualidade de vida e aos problemas ambientais ocorridos nessa década (MAROUELLI, 2003).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) publicou o Relatório *Brundtland* que ajudou a difundir o ideal de um desenvolvimento sustentável para diferentes setores das sociedades modernas (MAROUELLI, 2003).

O conceito dado pelo relatório sobre desenvolvimento sustentável “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Para Romeiro (1998), o conceito de desenvolvimento sustentável reflete a ideia básica das inúmeras definições, de que para ser sustentável, deve ser não apenas economicamente eficiente como também ecologicamente prudente e socialmente desejável.

A concepção que se teve é que o desenvolvimento que o mundo experimentou nos últimos 200 anos, em especial depois da 2ª Segunda Guerra Mundial, é insustentável pelos problemas que vêm causando à sociedade, dessa forma a responsabilidade da ciência é explicar como, de que forma, ela pode ser alcançada, quais são os caminhos para a sustentabilidade (CAVALCANTI, 1998).

De acordo com Cavalcanti (1998, p. 160), o termo sustentabilidade significa “a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema.”. O conceito de sustentabilidade transmite a ideia de conservar o planeta para que ele proporcione continuidade de vida. É um comportamento que procura obedecer às leis da natureza para que possa existir vida em longo prazo (CAVALCANTI, 1998).

De acordo com Nascimento (2012), o tripé básico da sustentabilidade engloba o econômico, social e ambiental: (1) Econômico – trata-se de ações visando gradativamente mudanças nos atuais sistemas de produção e nos padrões qualitativos e quantitativos de consumo da sociedade, reduzindo as perdas, custos e desperdícios, e aumentando a produtividade e geração de lucro de forma sustentável (BRASIL, 2004b); (2) Social - tem relação à procura da igualdade entre os vários setores sociais, no que respeita às oportunidades de emprego, no acesso aos recursos e serviços (COSTA, 2010); (3) Ambiental- proteger o ambiente e preservar os recursos naturais é muito importante para promover a sustentabilidade das gerações futuras. A produção de bens e serviços devem respeitar as leis ecológicas. Deste modo, pretende-se que o ser humano seja mais consciente sobre a influência que suas ações causam no ambiente (COSTA, 2010).

No setor agropecuário, houve uma insatisfação com a chamada agricultura convencional ou moderna, com isso o setor passou a atrair a atenção de profissionais a respeito do significado da palavra sustentável. E no final dos anos 80, geraram várias tentativas de definir o que é a agricultura sustentável, mostrando o desejo de um novo modelo produtivo que assegure a segurança alimentar sem agredir o meio ambiente (MAROUELLI, 2003).

De acordo com Altieri (2004), o objetivo maior da agricultura sustentável é manter a produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e gerar retornos

econômico-financeiros para que reduza a pobreza no meio rural, logo atendendo às necessidades sociais das populações do campo.

A sustentabilidade agrícola pode ser definida, de modo geral, como a atividade econômica em que os recursos naturais não sejam esgotados pelo consumo presente que serão essenciais para as gerações futuras, será só por meio da compreensão profunda dos ecossistemas rurais, que abrangem os sistemas agrícolas de cada região, que se chegarão aos padrões coerentes com uma agricultura realmente sustentável (ROCHA; SIMAN, 2005).

A ideia de uma agricultura familiar sustentável mostra a crescente insatisfação com o estado da agricultura moderna. Aponta o desejo social de sistemas produtivos que, ao mesmo tempo, preservem os recursos naturais e ofereçam produtos mais saudáveis, sem comprometer os níveis tecnológicos já obtidos de segurança alimentar. Em consequência das emergentes pressões sociais por uma agricultura mais limpa sem prejudicar o meio ambiente e a saúde (MELLO, 2007).

A Agricultura Familiar sustentável ganhou destaque, pois a mesma, além de usufruir de uma boa quantidade de mão de obra e simultaneamente, melhora a economia e ajuda no desenvolvimento local, também está atrelada ao conceito e em busca da sustentabilidade, pois utiliza o solo e os meios de produção de uma maneira que não utiliza os maquinários de forma intensiva, não degrada amplamente o ambiente natural e ainda, não se utilizam de melhorias genéticas para a produção (BORGES; SANTO, 2013).

## 2.2 PRÁTICAS PRODUTIVAS DA ATIVIDADE RURAL

O processo produtivo é o conjunto de eventos e ações através dos quais os fatores de produção se transformam em alimentos, um sistema que prepara a terra para o plantio, cultiva as plantas e colhe, com objetivo de produzir alimentos para alimentação do ser humano e animais (MARION, 1996).

As operações agrícolas são as fases necessárias do processo produtivo, conforme o tipo de cultura, podendo destacar: (1) preparo do solo; (2) adubação do plantio; (3) tratamento contra pragas; (4) irrigação; e (5) colheita (MARION, 1996).

Integra, ainda, o processo produtivo, a fase de venda do produto, que pode ocorrer de diferentes formas de comercialização, no sentido de que cada produtor realiza de forma que o convém, assegurando sua autonomia no mercado (MARTINS; BERGAMASCO, 2004).

Para a realização das operações agrícolas, Crepaldi (2006) indica como necessários três fatores de produção: (1) a terra que é o fator mais relevante na atividade agrícola, pois nela se investe o capital e trabalho para obter a produção, devendo o produtor preocupar-se com a conservação da capacidade produtiva, evitando seu desgaste; (2) o capital que é o conjunto de recursos colocados na terra com o intuito de melhorar a qualidade produtiva ou benfeitorias a favor do trabalho humano; (3) o trabalho que são os serviços desempenhados por pessoas, tanto na atividade agrícola como na criação de animais.

Os fatores terra e capital no final dos anos 60 e início dos anos 70 tiveram grandes mudanças na chamada Revolução Verde, que compreende um dos períodos de maiores transformações na história da agricultura, pelos avanços do setor industrial agrícola e das pesquisas nas áreas química, mecânica e genética (MAROUELLI, 2003).

O mesmo autor afirma que a Revolução Verde surgiu com o propósito de aumentar índices de produtividade agrícola, por meio de mudanças nos modelos de produção locais ou tradicionais, através de um conjunto homogêneo de práticas tecnológicas, onde as diversidades vegetais seriam melhoradas, utilização de fertilizantes químicos de alta solubilidade, agrotóxicos com maior eficiência, implementos agrícolas e máquina para que aumentasse significativamente a produção agrícola. Esse modelo produtivo que vem sendo praticado é denominado de agricultura convencional (KAMIYAMA, 2011).

As práticas produtivas desenvolvidas pela agricultura convencional, de alta produtividade, têm como base fundamental a energia vinda de fontes não renováveis, utilizando grande quantidade de combustível fóssil, máquinas e outros equipamentos agrícolas, além de usar intensivamente adubos químicos e agrotóxicos para combater as pragas das produções em grande extensão (BARBOZA; SANTOS, 2013).

Esse processo afeta de forma nociva o sistema agrícola, no qual a produtividade e estabilidade passam a depender cada vez mais de insumos e tecnologias, não adequadas à utilização do solo, agravando os problemas ambientais uma vez que as práticas agrícolas adotadas são contraditórias com o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais. Verifica-se, ainda, um preço alto no processo de produção, reduzindo a participação de mão de obra, êxodo rural e desequilíbrios ambientais como a prática de desmatamentos, utilização inadequada do solo e insumos químicos (BARBOZA; SANTOS, 2013).

Marouelli (2003) destaca alguns impactos ambientais causados pela agricultura convencional, entre eles têm-se: a erosão, perda de fertilidade dos solos, destruição das

florestas, a dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade, contaminação da água, entre outros.

Diante das crises socioambientais, provocadas a partir do modelo de desenvolvimento rural e tecnológico, que teve início na Revolução Verde, faz-se necessário desenvolver novas “formas alternativas de manejo dos recursos naturais e de organização social, capazes de responder positivamente aos desafios da produção agrícola sustentável, da preservação da biodiversidade sociocultural e da inclusão social” (MOREIRA, 2003, p. 1).

De acordo com Barboza e Santos (2013), as boas práticas agrícolas fazem com que as pessoas procurem por alimentos saudáveis necessários para a melhoria da qualidade de vida, que são cultivados de forma sustentável, buscam um consumo alimentar mais responsável com o equilíbrio socioambiental.

A prática de uma agricultura sustentável é uma tarefa difícil, como meta de um novo modelo de desenvolvimento rural por causa de vários desafios, tais como: aumentar a produção de alimentos para atender a demanda, sem agredir os recursos naturais; de fornecer insumos baratos e técnicas de agricultura sustentável para pequenos produtores, incentivando os usos dos métodos antigos, porém aperfeiçoando, adaptando nas novas condições de cultivo; da conservação da biodiversidade; e incentivar a participação dos produtores nas decisões e políticas do desenvolvimento rural sustentável (BARBOZA; SANTOS, 2013).

A substituição do modelo de agricultura convencional por um modelo sustentável tem como base princípios da agroecologia que não afeta o solo e a biodiversidade, e resulta na colheita de alimentos mais saudáveis tanto para alimentação humana e dos animais, quanto para comercialização desses produtos (SOUZA, 2011).

### **2.2.1 Práticas produtivas relacionadas ao manejo do solo, adubação do plantio, tratamento contra pragas, irrigação e colheita**

De acordo com Primavesi (2008), existem três formas principais de manejo do solo: (1) o manejo convencional (ou químico); (2) o orgânico por substituição de insumos; e (3) o agroecológico.

No manejo convencional, o solo é considerado somente como apoio físico para as plantas. Essa forma utiliza constantes produtos químicos destinados a nutrir as plantas cultivadas, causando desequilíbrios ecológicos graves, abusando do uso de insumos e

agrotóxicos, causando degradação do solo. Para a autora, a agricultura convencional está diminuindo a possível continuação de vida no planeta (PRIMAVESI, 2008).

Agrotóxicos, defensivos agrícolas, agroquímicos, praguicidas, pesticidas, biocidas são algumas denominações dadas aos produtos químicos utilizados no processo produtivo com intuito de combater as pragas no modelo da agricultura convencional (BRASIL, 2000, 2001).

O manejo convencional aumentou as causas de perdas de produção, provavelmente, pelo mau uso do solo, utilização intensiva de máquina agrícola (aração, gradagem, subsolagem etc.) e de produtos químicos, desprezando a conservação e preservação de recursos naturais na atividade agrícola (TOMITA, 2009).

No manejo da agricultura orgânica, os alimentos produzidos são mais saudáveis do que na agricultura convencional, porém quando ela não é baseada em princípios ecológicos, e sim na mera substituição de insumos, pode dar mais trabalho e exigir muitos sacrifícios do produtor, pois nesse caso, sua base é o uso intensivo de compostos e esterco que nem sempre têm origens de sistemas orgânicos de produção. Além disso, sua produtividade é baixa, fazendo com que o preço dos produtos seja acrescido para que seja viável economicamente (PRIMAVESI, 2008).

Altieri e Nicholls (2003, p.142) argumentam que “a agricultura orgânica refere-se a um sistema de produção cujo objetivo é manter a produtividade agrícola, evitando ou reduzindo significativamente o uso de fertilizantes sintéticos e pesticidas”. A diferença entre agricultura convencional versus a orgânica refere-se ao modo como a agricultura orgânica evita o uso de fertilizantes químicos e pesticidas em seus sistemas de produção, já a outra usa tais insumos extensivamente.

Já o manejo agroecológico refere ao sistema que utiliza os recursos naturais, envolvendo o solo, o clima, os seres vivos, permitindo a renovação do solo de forma natural e mantendo a biodiversidade, buscando a sustentabilidade na produção agrícola. O manejo agroecológico dos solos se baseia em cinco pontos fundamentais, segundo a autora: (1) solos vivos e agregados (bem estruturados); (2) biodiversidade; (3) proteção do solo contra o aquecimento excessivo, o impacto da chuva e o vento permanente; (4) bom desenvolvimento das raízes; e (5) autoconfiança do agricultor (PRIMAVESI, 2008).

Tanto no manejo orgânico, quanto no agroecológico é utilizado o plantio direto, ou seja, um sistema diferente de preparar o solo, tendo em vista diminuir a utilização das

máquinas e impactos na agricultura, essa técnica evita a perturbação do solo e mantém sua área sempre recoberta de resíduos de palha ou vegetação (LANDERS, 2005).

A produção agrícola depende de vários fatores limitantes, ou seja, o mau desempenho de um pode prejudicar todos os demais. Basicamente, esses fatores são os seguintes: clima, solo, controle de pragas, colheita, beneficiamento e armazenamento. Compreende-se como clima, conjunto de fenômenos naturais que indicam a ecologia de uma região, destacando-se a radiação solar, a temperatura e a água (ALCARDE; GUIDOLIN; LOPES, 1998).

O solo é fundamental para proteger e fixar as plantas, armazenando água e fornecendo nutrientes importantes à vida vegetal podendo ser ricos ou pobres nesses nutrientes, e solos ricos são empobrecidos com o decorrer da exploração agrícola, e para fortalecê-los são utilizados os adubos ou fertilizantes naturais/químicos que têm a função de levar nutrientes ao solo, fazendo com que as plantas tenham um melhor desempenho no seu processo produtivo (ALCARDE; GUIDOLIN; LOPES, 1998).

Os adubos ou fertilizante é um produto químico/sintético, orgânico e natural, utilizados para fertilizar a terra com um ou mais nutrientes vegetais (ALCARDE; GUIDOLIN; LOPES, 1998). Para melhor desempenho dos adubos é essencial a irrigação, ou seja, um processo para fornecer água necessária tanto para o preparo do solo quanto para o crescimento das plantas, podendo ser controladas ou não, por meio de sulcos, aspersão ou gotejamento (BRASIL, 2004a).

O combate às pragas e doenças é uma prática fundamental para agricultura. Todas as plantações podem estar sujeitas a esse problema, que podem colocar em risco tanto a produção, quanto a qualidade do produto (ALCARDE; GUIDOLIN; LOPES, 1998).

Na agricultura convencional, o método para combater essas pragas e doenças são os defensivos químicos que são utilizados para cada desequilíbrio provocado no cultivo, na tentativa de minimizar o problema (TIVELLI, 2013). Ao passo que na agricultura orgânica o combate inicia com o planejamento holístico da propriedade, como forma de colocar em prática os conhecimentos de agroecologia, os quais se iniciam pela escolha da época correta de plantio de cada cultura, análise de solo, fazendo-se a calagem e a fosfatagem onde e quando necessário e utilização de defensivos/inseticidas/fungicidas naturais quando houver necessidade (TIVELLI, 2013).

Em relação à colheita, destacam-se duas fases: a primeira refere-se à pré-colheita, que é atividade desenvolvida para obter a produção agrícola, incluindo-se nessa fase a

colheita; e a segunda, o pós-colheita, que trata das atividades desenvolvidas na produção após a colheita (BRASIL, 2004a). Depois de colhido, o produto agrícola deve ser transportado ao local do beneficiamento que é um processo ou tratamento realizado nesses produtos para deixá-los em condições de venda, sendo executada sob o mesmo programa de gerenciamento e de controle, podendo ser a seleção, lavagem, tratamento térmico para inativação de larvas de insetos, debulha de grãos, secagem, armazenamento entre outros (BRASIL, 2004a).

Finalmente, o armazenamento, período de duração dos produtos no local de armazenamento que pode variar de acordo com cada colheita, entretanto, sua conservação deve ter condições necessárias para evitar contaminações de natureza química, física e biológica e a multiplicação de microrganismos (BRASIL, 2004a).

### **2.2.2 Práticas produtivas relacionadas à comercialização de produtos oriundos da atividade rural**

Mercado pode ser entendido como um ambiente social, como uma área de interação e troca, administrado por princípios e regras formais ou informais, em que é transmitido o preço dos produtos e serviços que influenciam a decisão dos consumidores (WAQUIL, 2010).

A comercialização envolve uma série de atividades ou funções através das quais bens e serviços são transferidos dos produtores aos consumidores finais. Essas atividades são resultado das alterações realizadas nos bens, mediante utilização de recursos produtivos, capital e trabalho que exercem sobre a matéria-prima agrícola (BARROS, 2007).

“A comercialização agrícola pode ser pensada como um simples ato do agricultor que consiste na transferência de seu produto para outros agentes que compõem a cadeia produtiva em que ele está inserido” (WAQUIL, 2010, p. 55).

A comercialização agrícola tem como função uma atividade realizada entre o setor de produção e o mercado consumidor, ela cumpre a função de ofertar os produtos agrícolas de acordo com as demandas, preferências e necessidades dos consumidores, que compõe nessa maneira estratégia de *marketing* dos produtos agrícolas comercializados (WAQUIL, 2010).

De acordo com Sandroni (1999, p. 160), demanda (ou procura) é a “quantidade de um bem ou serviço que um consumidor deseja e está disposto a adquirir por determinado preço e em determinado momento”. Na atividade agrícola, existe uma diferença de tempo entre o período de produção e o seu consumo, pois para satisfazer a demanda, é necessário um



determinado tempo (dias, meses ou até anos) para que o plantio, o cultivo e a colheita ocorram (LOURENZANI; LOURENZANI; BATALHA, 2004).

Ainda segundo Sandroni (1999), oferta é a quantidade de determinado bens ou serviços que se oferece no mercado por determinado preço. Os agricultores familiares têm como principal fonte de renda a comercialização dos seus produtos agrícolas. O mercado e a comercialização desses produtos agrícolas formam um dos principais meios de entrar nesse ramo, dessa forma, o processo de comercialização é iniciado com a produção agrícola, porém não se restringe a isso, passando pelo beneficiamento, embalagem, compra e venda dos produtos agrícolas, entretanto para garantirem a sobrevivência no mercado, é necessário que os produtores tenham quantidade, qualidade e diversidade nos produtos, pois os consumidores necessitam desses alimentos diariamente (SEPULCRI; TRENTO, 2010).

Configuram-se como um dos componentes da estratégia de *marketing* dos produtos agrícolas as funções da comercialização, que é uma atividade entre a produção e o mercado consumidor, no qual a comercialização cumpre o papel de ofertar os produtos agrícolas às necessidades e preferência dos consumidores, estabelecendo relação entre o setor produtivo e o consumidor final (WAQUIL, 2010). As funções da comercialização agrícola podem ser classificadas de acordo com a figura 1.

<b>FUNÇÕES DA COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
<b>FUNÇÕES DE TROCA</b>	As funções de troca envolvem a transferência da posse dos produtos agropecuários, que ocorrem por meio das operações de compra e venda, da qual resulta a formação de preços e de um mercado pontual em certo estágio do sistema de comercialização.
<b>FUNÇÕES FÍSICAS</b>	As funções físicas de comercialização tratam do manuseio e da movimentação dos produtos agropecuários ao longo do sistema de comercialização, gerando com isto algum grau de utilidade (facilidade), como a de tempo (armazenagem), a de lugar (transporte) e a de forma (processamento). Estas funções tentam resolver os clássicos problemas econômicos de "quando" e "onde" comercializar, e "sob que forma" ("in natura", industrializado).
<b>FUNÇÕES AUXILIARES</b>	As funções auxiliares visam facilitar e ou complementar o encaminhamento da produção ao longo do sistema de comercialização. Assim, um produto agrícola ou pecuário que precisa ser comercializado em uma bolsa de mercadorias e futuros ( <i>commodity</i> ), deve seguir normas pré-estabelecidas, e, a padronização e a classificação respondem pela execução de tais funções. De forma alternativa, um produtor que precisa armazenar a sua produção, e não dispõe de capacidade estática, pode solicitar um financiamento (crédito) para garantir tal procedimento.

**Figura 1: Funções e características da comercialização agrícola**

Fonte: Padilha Júnior (2006, p. 13, 32).

As funções descritas anteriormente são exercidas por agentes que constituem os canais de comercialização ou de distribuição que são as etapas percorridas pela mercadoria desde o produtor até o consumidor final. É a série de mercados pelos quais o produto passa, sob a ação de vários intermediários que se organizam e se agrupam para o exercício da transferência da produção ao consumo (PADILHA JUNIOR, 2006). A figura 2 apresenta os tipos de canal de comercialização.

TIPO DE CANAL DE COMERCIALIZAÇÃO	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
<b>Canal de nível zero</b>	Produtor que vende diretamente ao consumidor final.	Feiras livres; vendas diretamente nas residências (porta a porta); cooperativa de consumidores; lojas próprias de cooperativas ou associações de produtores.
<b>Canal de um nível</b>	Canal que possui um intermediário (varejista) na comercialização dos produtos agrícolas.	Supermercados, lojas de conveniência, fruteiras, açougues.
<b>Canal de dois níveis</b>	Canal que possui dois intermediários (atacadistas e varejistas) na comercialização dos produtos agrícolas.	Centrais de distribuição, atacados, restaurantes, cozinhas industriais.
<b>Canal de três níveis</b>	Canal que possui três intermediários (processadora de alimentos, atacadista e varejista) na comercialização de produtos agrícolas.	<i>Packing house</i> , agroindústrias em geral, cooperativas agropecuárias.
<b>Canal de quatro níveis</b>	Canal que possui quatro intermediários.	<i>Trading</i> de exportação, centrais de abastecimento.

**Figura 2: Tipo de canal de comercialização, definições e exemplos**

Fonte: KOTLER *apud* WAQUIL (2010, p. 59).

Para a escolha dos canais de comercialização mais adequados depende de vários fatores, entre os quais se destacam: a natureza, as características do produto (a durabilidade do produto nas fases dos canais de comercialização), se existe intermediários ou não e os resultados econômicos (WAQUIL, 2010).

### 3 METODOLOGIA

Esta seção trata da metodologia da pesquisa que foi desenvolvida com o propósito de atender aos objetivos e a questão de pesquisa.

Quanto aos objetivos delineou-se uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo. Para Silva (2006), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, tendo em vista torná-lo mais explícito ou para construir

hipóteses, é realizada em área na qual há pouco conhecido acumulado e pouco explorado. Envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que estão envolvidas com o problema pesquisado.

Por sua vez a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. Tendo como características mais significativas a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, assim como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2006).

A pesquisa exploratória-descritiva proporcionou à pesquisadora uma maior familiaridade com o problema com vista a torná-lo mais explícito de forma a descrever todos os procedimentos realizados no trabalho em estudo, bem como os resultados da pesquisa.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se classifica como bibliográfica e pesquisa de campo, em uma abordagem qualitativa. Com a pesquisa bibliográfica busca-se explicar um problema, é desenvolvida com base em trabalhos publicados, compondo-se de livros, revistas, teses, artigos científicos entre outros, que darão suporte à fundamentação teórica e à construção da pesquisa de campo (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). Ao passo que a pesquisa de campo, consiste na coleta direta de informação no local em que acontecem os fenômenos, ou seja, é aquela que se realiza junto às pessoas no próprio terreno das ocorrências. Na pesquisa de campo, os dados são coletados *in loco*, com objetivos preestabelecidos, discriminando suficientemente o que é coletado (SILVA, 2006).

A pesquisa qualitativa para Vieira e Zouain (2006), fundamenta-se principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se por não usar, em princípio, de métodos e técnicas estatísticas na análise dos dados. Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, de que maneira convém ser realizado, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados não são estatísticos e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Quanto ao método esse se configura como dedutivo “que parte de enunciados gerais dispostos em ordem, como premissas de um raciocínio para chegar a uma conclusão particular”, o qual favorece a compreensão das teorias apresentadas (MEDEIROS, 2011, p 31).

A técnica de coleta de dados utilizada foi à entrevista, com roteiro semi-estruturado contendo 33 (trinta e três) questões (APÊNDICE A), que visem responder aos objetivos da pesquisa e a questão problema junto aos produtores da agricultura familiar do município de

Espigão D'Oeste (RO). A técnica de entrevista para Lakatos (2003) é definida como um encontro entre duas ou mais pessoas, com a finalidade de obter informações a respeito de um determinado assunto, por meio de uma conversa de natureza profissional. É uma técnica utilizada na investigação social, com o intuito de coletar dados, ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

O público alvo da pesquisa foram os produtores rurais familiares do Município de Espigão D'Oeste, organizados em cooperativas ou associações. A opção em pesquisar o produtor vinculado a algum tipo de organização social foi devido à melhor forma de acesso aos mesmos, bem como alcançar um bom número de pesquisados.

Para conhecer o quantitativo de produtores familiares organizados em cooperativas ou associações do município de Espigão D'Oeste foi solicitado à Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI) informações sobre os produtores, bem como dados de localização para fins de realização das entrevistas. A secretaria informou não possuir um cadastro dos produtores por instituição de organização social. Com o não fornecimento das informações pela secretaria, solicitou-se, então, tais dados à Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER), que prontamente atendeu ao pedido. Foram disponibilizadas informações de 2 (duas) associações contendo 118 (cento e dezoito) agricultores familiares.

De posse dos relatórios determinou-se a amostra da pesquisa do tipo não aleatória de duas formas: na primeira amostra da pesquisa, optou-se em pesquisar os agricultores familiares concentrados nas duas principais linhas rurais das associações, totalizando 25 (vinte e cinco) produtores. Destes, 17 (dezessete) responderam e 8 (oito) não foram localizados ou não quiseram responder. A segunda amostragem foi realizada por meio de visitas à feira coberta do produtor rural de Espigão D'Oeste realizada sempre às quartas-feiras e sábado. A visita foi realizada nas principais barracas da feira, abordando o produtor e solicitando a realização da entrevista.

A definição por coletar os dados em duas etapas e em locais diferentes, ou seja, na propriedade e no local de comercialização, deu-se com a finalidade de alcançar o maior número possível de produtores, bem como atividades produtivas diversificadas, já que nas feiras encontram-se produtores mais focados em hortaliças e frutas. Enquanto nas propriedades encontrou-se mais a produção de café e criação de gado. Desta forma, buscou-se analisar as práticas produtivas em várias atividades.

A pesquisa foi realizada no período de 17 a 28 de maio de 2014. Na primeira etapa foram realizadas 17 (dezesete) entrevistas e na segunda etapa 30 (trinta) entrevistas, totalizando 47 (quarenta e sete) pesquisados nas duas etapas da coleta de dados.

De posse das entrevistas procedeu-se a compilação dos dados por meio de gráficos, tabelas e análise de conteúdo e por fim a análise dos resultados, os quais estão evidenciados na seção 4. A análise de conteúdo proporcionou à pesquisadora analisar as comunicações, interpretando esse conteúdo através das mensagens emitidas pelos produtores rurais do município em questão. Dentre os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo se destacam: 1) a categorização que é a separação por parte do material a ser analisado, distribuindo essas partes em categorias; 2) descrição a qual irá descrever os resultados encontrados; 3) inferência que irá tirar conclusão dos resultados; e 4) interpretação que é interpretar os dados apurados de acordo com o embasamento teórico contemplado na pesquisa bibliográfica (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2011).

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Nesta seção descreve-se os resultados da pesquisa, bem como a análise dos mesmos à luz do referencial teórico abordado. Organizado em três blocos, os resultados serão evidenciados tomando por base a seguinte ordem: o primeiro bloco apresenta o perfil do produtor; o segundo bloco trata da caracterização da agricultura familiar; e o terceiro bloco das práticas produtivas da agricultura familiar do município de Espigão D'Oeste, estado de Rondônia.

### **4.1 Perfil do Produtor**

Aborda-se questões como sexo, idade, estado civil, escolaridade, região de origem, renda da atividade produtiva, manutenção da renda no campo, renda complementar, conforme evidenciado nas tabelas 1 e 2:

**Tabela 1 - Idade, escolaridade, sexo e renda familiar.**

Idade		Escolaridade		Sexo		Renda Familiar	
Faixa etária	Perc %	Nível	Perc %	Opções	Perc %	Opções	Perc %
Até 30 anos	2,13%	Ensino fundamental incompleto	76,60%	Masc	79%	Até 2 salários mínimos	85,11%
De 31 a 50 anos	68,08%	Ensino fundamental completo	8,51%			De 2 a 3 salários mínimos	12,76%
Acima de 50 anos	29,79%	Ensino médio incompleto	8,51%	Fem.	21%	De 3 a 4 salários mínimos	2,13%
		Ensino médio completo	6,38%				

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Observa-se, de acordo com a tabela 1, que 79% dos entrevistados são do sexo masculino, prevalecendo o homem à frente das atividades produtivas do campo. Quanto ao nível de escolaridade verificou-se que ainda é baixo, predominando o fundamental incompleto com 76,6%. Essa constatação é encontrada, também, nos resultados da pesquisa realizada pelo IPEA (2010), a qual menciona que, a maioria da população do campo 73% não completou o ensino fundamental. No que diz respeito à faixa etária dos produtores, nota-se que 68,08% dos entrevistados estão entre 31 a 50 anos e, 29,79% declararam ter mais de 51 anos.

O baixo nível de escolaridade encontrado na pesquisa pode ser visto como um dos problemas para se alcançar o desenvolvimento com sustentabilidade no campo, pois a falta de conhecimento inibe a busca por informações, bem como, assistência técnica e inovação do campo (CHAVES E CAMPOS, 2012).

Quanto à renda (tabela 1) oriunda da atividade produtiva rural predomina de 1 a 2 salários mínimos para 85,11% dos entrevistados. Ao serem indagados se a renda proporcionada pela propriedade corresponde ao necessário para manter financeiramente a família no meio rural, a maioria respondeu que sim, com 94%, porém disseram que vivem com dificuldades financeiras.

**Tabela 2 - Renda complementar, naturalidade e estado civil.**

Renda complementar		Naturalidade		Estado civil	
Opção	Perc %	Região	Perc %	Opção	Perc%
Sim	51,06%	Norte	29,79%	Solteiro	4,26%
Bolsa família	33,33%	Nordeste	2,13%	Casado	87,23 %
Aposentadoria	41,67%	Sudeste	59,57%		
Auxílio doença	4,17%	Centro-Oeste	0%	Divorciado	8,51%
Atividade remunerada desenvolvida fora da propriedade	20,83%	Sul	8,51%		

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

De todos os entrevistados, 24 pessoas responderam que possuem renda complementar, representando 51,06% dos pesquisados tais como: 41,67% aposentadoria, 33,33% bolsa família, 20,83% atividade remunerada desenvolvida fora da propriedade e 4,17% auxílio doença.

Ainda quanto ao perfil do produtor, questionou-se quanto ao estado civil, para o qual 87% declararam ser casados e, quanto à naturalidade, 59,57% são oriundos da região Sudeste e apenas 29,79% da região norte.

#### 4.2 Caracterização da Agricultura familiar

Aborda questões sobre propriedade, tamanho em hectares, origem da mão de obra e atividade desenvolvida, conforme tabela 2:

**Tabela 3 - Propriedade, tamanho em hectares e tipo de mão de obra empregada.**

Propriedade		Tamanho em hectares		Mão de obra	
Opções	Perc (%)	Tamanho	Perc (%)	Origem	Perc (%)
Proprietários	80,85%	até 10 hectares	63,83%	Familiar	85,11%
		10 a 20 hectares	8,51%		
Arrendatário	14,89%	20 a 30 hectares	4,26%	Familiar/ Diarista	14,89%
Outros	4,26%	30 a 60 hectares	23,40%		

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

De acordo com dados da pesquisa em relação à posse da terra, 80,85% apresentam-se como proprietários, 14,89% são arrendatário e 4,26% outros.

Em relação ao tamanho da propriedade verificou-se que na sua maioria são pequenas, ou seja, 63,83% dos entrevistados possuem até 10 hectares, apenas 23,40% declararam que têm acima de 30 até 60 hectares. Desta forma, por se tratar de pequenas propriedades a origem da mão de obra empregada é de 85,11% familiar, apenas 14,89% disseram que utilizam mão obra familiar e pagam diaristas. Evidencia-se, portanto, a caracterização de produtores que atendem à regulamentação para determinação da agricultura familiar (BRASIL, 2006).

No que se refere às atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades, a predominância é para a diversificação, combinando criação de animais com agricultura; fruticultura, horticultura com criação de animais; e agricultura, fruticultura com horticultura. A diversificação das atividades da agricultura familiar, segundo Alba (2009), é um meio que as famílias encontram para suprir suas próprias necessidades de consumo e ainda promover mais opção para geração de renda para os produtores.

### **4.3 Práticas Produtivas**

Nesta seção serão apresentados os dados coletados no que se refere às práticas produtivas desempenhadas pelos produtores, bem como questões sobre práticas ambientais relativas às atividades produtivas.

O solo é elemento natural e de fundamental importância para a vida das plantas, tem função de proteger e fixar as plantas, armazenar água e fornecer os nutrientes (ALCARDE, GUIDOLIN E LOPES, 1998). Dessa forma, o manejo e preparo do solo é considerada uma das etapas indispensável ao bom desenvolvimento das culturas, uma vez utilizadas de maneira correta traz grandes benefícios tal como a alta produtividade.

De acordo com a tabela 3, constatou-se que o manejo do solo para 51,07% dos entrevistados é realizado por meio da gradagem e que a principal fonte de trabalho utilizada é a tração mecanizada. De acordo com Tomita (2009), essa forma de preparo do solo causa graves danos ao meio ambiente e aumenta as causas de perdas de produção, devido ao mau uso do solo e, utilização constante de maquinários agrícola.

Ao passo que 31,91% dos pesquisados realizam o manejo através do plantio direto e a fonte de trabalho humana. O plantio direto é um sistema diferenciado de preparo do solo,



considerado apropriado para a agricultura sustentável, tendo em vista a diminuição da utilização das máquinas e os impactos causados na agricultura (LANDERS, 2005). Para o processo de irrigação poucos utilizam para o preparo do solo, no entanto 59,57% disseram que fazem irrigação no crescimento das plantas.

**Tabela 4 - Manejo, fonte de trabalho, irrigação e insumos produtivos.**

Manejo		Fonte de Trabalho		Irrigação		Insumos Produtivos	
Tipo	Perc (%)	Tipo	Perc (%)	Opções	Perc (%)	Tipo	Perc (%)
Gradagem	51,07%	Tração humana	31,91%	Sim	59,57%	Fertilizantes naturais	21,28%
Aração	6,38%	Tração animal	0%			Fertilizantes químicos	14,89%
Subsolagem	0%	Tração mecanizada	59,58%			Não	40,43%
Plantio direto	31,91%	Não utilizam	8,51%	Não fazem	10,64%		
Outros	10,64%						

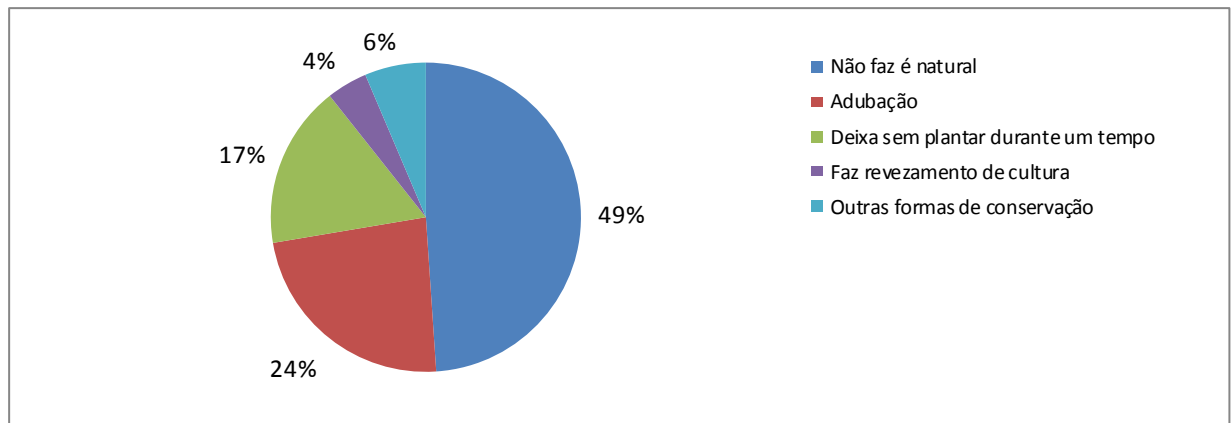
Fonte: Dados da pesquisa (2014)

No que se refere aos insumos produtivos utilizados para preparação do solo e no plantio 53,19% dos entrevistados disseram que utilizam os dois fertilizantes natural/químico, 21,28% responderam que só utilizam fertilizantes naturais e 14,89% usam apenas fertilizantes químicos.

A função dos fertilizantes é de levar nutrientes ao solo, no caso de utilização de fertilizantes químicos, esses oferecem sérios prejuízos ao sistema agrícola, no qual a produtividade e estabilidade passam a depender cada vez mais desse tipo de insumos, não apropriado à utilização do solo, aumentando os problemas ambientais (ALCARDE; GUIDOLIN; LOPES, 1998; BARBOZA; SANTOS, 2013).

De acordo com Crepaldi (2006), o solo é o fator mais importante na atividade agrícola, pois é dele que se obtém a produção para geração de renda, devendo o agricultor fazer a devida conservação do solo para evitar seu desgaste. Essa conservação do solo é tratada como um requisito de fundamental relevância no processo produtivo.

A esse respeito a pesquisa evidenciou que os produtores ainda mostram-se pouco atentos, pois 49% não fazem nenhuma ação de conservação do solo, conforme mostra a figura 3:



**Figura 3 - Práticas de conservação do solo**

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Ainda de acordo com a figura 3, observa-se que são realizadas algumas iniciativas que promovem a sustentabilidade como, por exemplo, adubação para 24% e, descanso do solo para 17%, quando deixam de plantar durante um determinado período de tempo.

Os defensivos químicos conhecidos como agrotóxico são utilizados para combater as pragas no manejo da agricultura convencional, porém causa graves prejuízos para o solo, às pessoas e ao meio ambiente (BRASIL, 2000, 2001).

Constatou-se na pesquisa que os defensivos químicos ainda são muito utilizados pelos produtores entrevistados, 70,21% responderam que utilizam apenas defensivos químicos, já 14,9% utilizam defensivos químicos e inseticida/fungicida/defensivos naturais, e apenas 4,26 disseram que utilizam defensivos naturais para o combate as pragas e doenças. Em relação à intensidade do produto, cerca de 80% dos entrevistados utilizam mais de um produto conforme demonstrado na tabela 4. As informações encontradas condizem com a pesquisa de Oliveira (2013), em que os defensivos químicos são bastante utilizados pelos produtores, com 86,3%.

**Tabela 5 - Insumos utilizados no controle de pragas e doenças**

Insumos utilizados no controle de pragas e doenças	Frequência de indicação	Percentual
Defensivo químico;	33	70,21%
Defensivo químico e inseticida/fungicida/defensivos naturais;	7	14,9%
Defensivos naturais;	2	4,26%
Nenhum método;	3	6,38%
Outros.	2	4,26%

**Intensidade**

Apenas um produto	8 (20%)
Mais de um produto	32 (80%)

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Quanto ao beneficiamento, que é a etapa de tratamento dos alimentos colhidos para deixá-los em condições de venda, 85,11% responderam que realizam fazendo a limpeza, separação dos produtos bons dos ruins, embalando em pequenos montes para comercialização, utilizando-se de sacos, sacolas plásticas e caixas de madeira. Evidenciou também que as principais formas de comercialização desses produtos são: feiras, comércio local, e direto para o consumidor.

Quando questionados se os clientes cobram alimentos com mais qualidade, livres de produtos químicos, mais da metade dos entrevistados, 57,45% responderam que não são cobrados pelos consumidores, dessa forma o produtor não se vê obrigado a mudar seu modelo de produção, pois há uma falta de interesse por parte dos consumidores em saber a qualidade do produto que estão consumindo.

No que diz respeito à qualidade do produto e a preocupação com a saúde do consumidor, as respostas dos entrevistados estão evidenciadas na figura 4, a qual demonstra que 96% disseram que se preocupam com a saúde do consumidor, no entanto continuam utilizando as mesmas práticas.

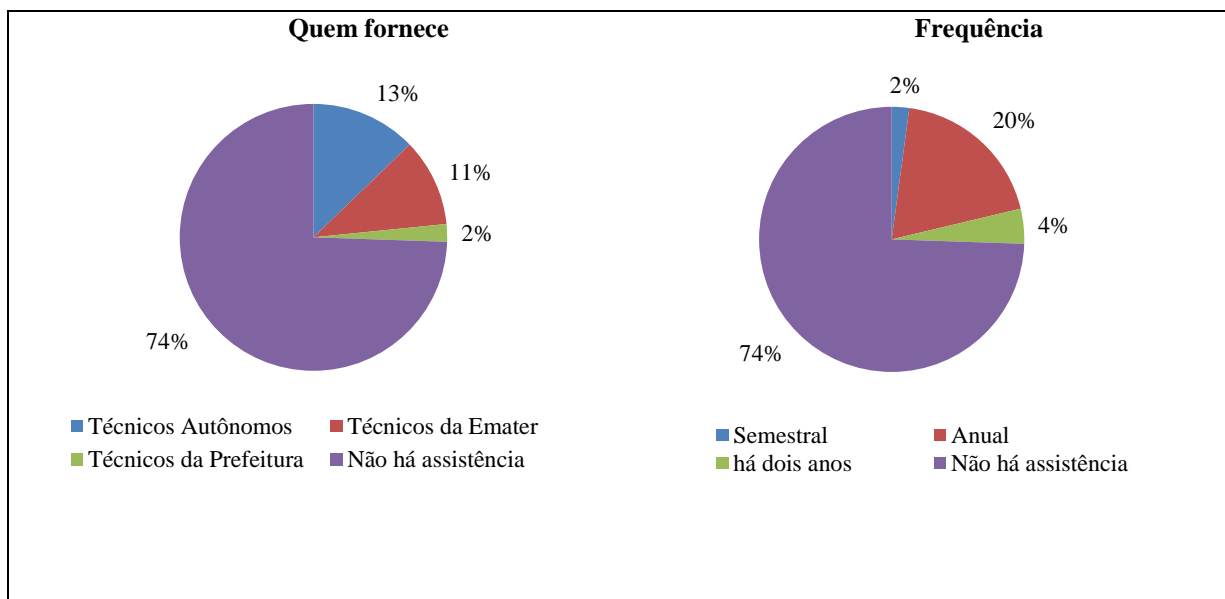
Resposta	Justificativa para a resposta
<b>Sim (96%)</b>	Procura usar menos produtos químicos utilizando só quando precisa, no entanto alegam que é a única forma que eles têm para combater as pragas e doenças; Respeitando a carência dos produtos e usa agrotóxico só quando necessário; Mercadoria não precisa de agrotóxico, portanto não utilizam; Não utiliza agrotóxico com muita intensidade, para não prejudicar os consumidores; Utiliza para combater as pragas e doenças, somente o detergente; Se não usar um pouco de veneno não produzem; Usando mais produtos naturais; Afirma que utiliza poucos produtos químicos, porém é a única alternativa que possuem para não perderem a produção; Utiliza menos produtos químicos, poderia ser melhor, mas falta assistência técnica.
<b>Não e não souberam responder (4%)</b>	Não respondeu Não soube responder

**Figura 4 - Qualidade dos produtos**

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Quanto ao recebimento de assistência técnica por parte de técnicos especializados, foram questionados quem fornece e qual frequência, pois ela é essencial e um direito dos agricultores.

Observou-se que 74% não recebem assistência, logo não há frequência e, 13% informaram que recebem assistência de técnicos autônomos. A falta de assistência técnica é um grande problema que os agricultores enfrentam no município, segundo relatos dos mesmos, ao procurarem assistência nos órgãos públicos, não são atendidos com visitas nas propriedades. A figura 5 evidencia as respostas dos agricultores.



**Figura 5 – Quem fornece assistência técnica x frequência**

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Quanto aos cuidados com o meio ambiente, questionou-se sobre a utilização de fogo nas atividades agrícolas, restos de culturas e principais formas de destinação dos lixos gerados nas propriedades.

De modo geral, 91,49 % dos produtores entrevistados não realizam queimadas nas atividades produtivas, considerando que 74,47% disseram que sabem quais os problemas que podem ser causados pelo fogo, tais como poluição do ar, perda de fertilidade do solo.

Os restos das culturas segundo os produtores são destinados, com 46,81% para incorporação ao solo após a colheita, 27,66 % destina-se tanto para alimentação animal quanto para incorporação ao solo.

As principais formas de destinação dos lixos gerados na propriedade estão evidenciadas na tabela 6. Para o papel e o plástico, a queima é a principal destinação com 72,34% e 74,47% respectivamente. Os metais são destinados de duas maneiras, 46,81% deixam guardados na propriedade e 29,79% vendem, e os orgânicos viram adubos com 100%.

Essas informações corroboram com a pesquisa realizada por Oliveira (2013), que a destinação predominante para o lixo inorgânico é a queimada para 84,2%.

**Tabela 6 - Destinação do lixo gerado nas propriedades**

Papel		Plástico		Metais		Orgânico	
Forma	Perc (%)	Forma	Perc (%)	Forma	Perc (%)	Forma	Perc (%)
Queima	72,34%	Queima	74,47%	Deixa na propriedade	46,81%	Utiliza como adubo	100%
Enterra	8,51%	Enterra	6,38%	Vende	29,79%		
Buraco	6,38%	Buraco	6,38%	Doa	6,38%		
Caminhão do lixo	4,26%	Caminhão do lixo	4,26%	Não tem	6,38%		
Outras	8,51%	Outras	8,51%	Reciclagem	10,64%		

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Questionados sobre quais os problemas enfrentados atualmente para manter as atividades em suas propriedades, cerca de 25,5% dos entrevistados informaram que são os preços baixos dos produtos, bem como estradas ruins; já para 21,28% é a falta de assistência técnica e dificuldade na obtenção de financiamentos.

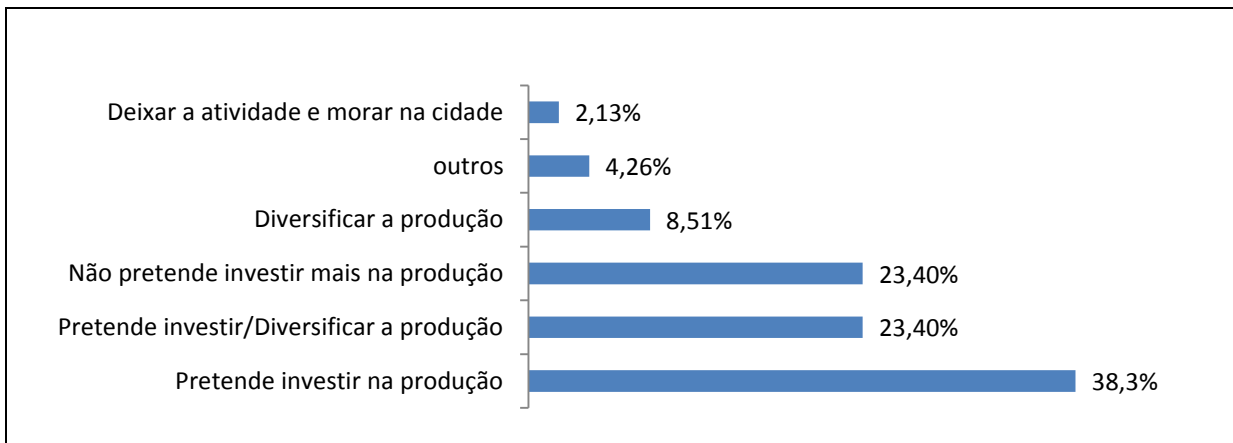
Considerado um setor econômico de grande importância para o país, responsável por 70% dos alimentos consumidos diariamente, esse é pouco valorizado por parte de políticas

públicas, assistência técnica, entre outros, além das muitas dificuldades enfrentadas no momento da comercialização de seus produtos (MDA, 2012).

Buscou-se saber se os filhos dos produtores pretendem continuar no trabalho rural, 46,81% disseram que sim, 29,79% afirmaram que não, e 23,40% não sabem.

No que se refere à transmissão de valores para a família no tocante à importância da preservação ambiental para a qualidade de vida das gerações futuras e manutenção da vida humana no planeta, cerca de 78,72% informaram que passam valores que tratam de cuidados com o meio ambiente e, 21,28% responderam que não.

Em relação às perspectivas futuras nas atividades produtivas, 38,30% dos entrevistados pretendem investir na produção, 23,40% pretendem investir/diversificar a produção, e 23,40% não pretendem investir na produção conforme figura 6:



**Figura 6 - Perspectivas futuras com relação às atividades produtivas**

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Quanto às perspectivas futuras, o produtor demonstrou-se confiante e confirmou seu interesse em investir na propriedade. Esses resultados podem servir de base para a fomentação políticas públicas, programas e ações para obtenção financiamento e, melhoria na assistência técnica, de forma a incentivar o produtor, bem como oferecer melhores condições para estruturar os sistemas produtivos, incentivar práticas sustentáveis e conseqüentemente, mais qualidade de vida no campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo geral analisar se as práticas produtivas utilizadas pelos agricultores familiares contribuem para promover e desenvolver a sustentabilidade da agricultura familiar.

De acordo com a pesquisa, as práticas produtivas encontradas no município de Espigão D'Oeste mantêm as características de produção convencional, evidenciado em várias etapas do processo produtivo.

Em relação ao manejo do solo esse é feito com a utilização de máquinas, poucos fazem a prática de conservação para manter o solo em bom estado, visto que os insumos produtivos utilizados na preparação do solo ainda são fertilizantes químico/naturais, usados juntos. Os resultados também evidenciaram que os produtores continuam utilizando produtos químicos (agrotóxico) com bastante frequência para combater pragas e doenças.

Assim, considerando os dados obtidos na pesquisa, pode-se dizer que as práticas produtivas adotadas pelos produtores rurais familiares do município de Espigão D'Oeste, ainda não contribuem para promover e desenvolver a agricultura familiar com sustentabilidade. Nesse sentido, o produtor ainda carece de mais tempo para conceber uma visão mais realista dessas práticas e suas consequências para a saúde da população, principalmente para o consumidor e para o seu próprio bem-estar, que está diretamente em contato com o meio.

Um caminho alternativo para a mudança do quadro atual refere-se às políticas públicas, de modo a ajudar o produtor a repensar as técnicas adotadas no processo produtivo para a transição cultural.

Um dos principais entraves do processo de transição das práticas produtivas, ou seja, de uma agricultura convencional para orgânica ou agroecologia pode ser a falta de assistência técnica, associado à baixa escolaridade dos produtores, que também não é um indicador de sustentabilidade.

No que se refere às atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades, constatou-se a predominância para a diversificação, que é um meio que os produtores encontram para garantir a sua sobrevivência no campo, bem como gerar mais renda para a família. A diversificação nas atividades produtivas é uma prática que traz benefícios tanto para o agricultor garantindo a produção em todas as épocas do ano, quanto para o meio

ambiente reduzindo a degradação do solo, apresentando-se positivamente como um indicador de sustentabilidade.

Vale ressaltar que a renda oriunda da atividade produtiva é baixa, embora mais da metade afirme ter renda complementar, enfrentam dificuldades financeiras para manter a família no campo.

Foi possível constatar, também, que os clientes não estão muito preocupados com a qualidade dos alimentos que consomem livres de produtos químicos, dessa forma percebeu-se que os produtores não se veem na obrigação de mudar seu modelo de produção, pois não têm uma cobrança por parte dos consumidores.

Em relação às práticas ambientais, a pesquisa identificou problemas relacionados à incorreta destinação do lixo gerado na propriedade que ainda prevalece a queimada, que afeta o meio ambiente devido à queima de determinados materiais que poluem o ar.

Embora, em meio a grandes dificuldades enfrentadas no meio rural, as perspectivas futuras de muitos produtores familiares mantêm-se positiva, ou seja, investir e diversificar a produção, para conseguir uma vida melhor para a família. Esse resultado é de grande relevância para o desenvolvimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento sustentável, basta somente mais atenção por parte dos órgãos responsáveis pela fomentação do setor.

Recomenda-se a continuidade da pesquisa sobre as práticas produtivas da agricultura familiar em outros municípios, para evidenciar a realidade dos alimentos que estão sendo consumidos pela população do estado de Rondônia.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural.** In: Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.15, n.1, jan./abr. 1998. p.137-157.

ALBA, Rosalino Luís. **Crédito rural para a agricultura familiar: o perfil dos associados/as da cresol FCO. BELTRÃO-PR.** Francisco Beltrão. 2009.

ALCARDE, J. C, J. A. GUIDOLIN e A. S. LOPES. **Os adubos e a eficiência das adubações.** Boletim Técnico, 3. 3. Ed. São Paulo, ANDA, 1998.



ALTIERI, Miguel A. NICHOLLS, Clara I. **Agroecologia**: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. In: *Ciência & Ambiente*. Julho/Dezembro. 2003. p.141-152.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

BARBOZA, Aldemir Dantas; SANTOS, Maria Rosalva. **Da agricultura familiar convencional à agroecológica**: estratégias de desenvolvimento rumo à sustentabilidade. In: 14º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Perú, 2013.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. **Economia da comercialização agrícola**. CEPEA/LES-ESALQ/USP. Piracicaba. São Paulo. Fev. 2007.

BORGES, Judite Ângela Vieira; SANTO, Carlos Eduardo Ribeiro. **O desenvolvimento sustentável nas pequenas propriedades agrícolas caracterizadas como agricultura familiar no brasil**. XII semana de Economia UESB. 2013.

BRASIL - **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: 24 de julho de 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério de desenvolvimento Agrário (MDA). **Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013**. Cartilha, 2012.

\_\_\_\_\_. EMBRAPA. **Manual de Boas Práticas Agrícolas e Sistema APPCC**. Brasília: EMBRAPA/SEDE, 2004a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Agenda 21 brasileira : resultado da consulta nacional / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. 2. ed. Brasília : 2004b.

\_\_\_\_\_. Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN). **Segurança em controle químico de vetores**. Documentos técnicos 2000-2001.

CAVALCANTI, Clovis. **Sustentabilidade da economia**: paradigmas alternativos da realização econômica. In: CAVALCANTI, Clovis (org). *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco. 1998.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6º. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

- CHAVES, Adriana de Magalhães e CAMPOS, Ana Luiza Teixeira de (Orgs). **Boas práticas em educação ambiental na agricultura familiar**: exemplos de ações educativas e práticas sustentáveis no campo brasileiro. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental.v1. Brasília, 2012.
- COSTA, Ana Alexandra Vilela Marta Rio. **Agricultura sustentável i**: Conceitos. In: Revista de Ciências Agrária. 2010.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**: uma abordagem decisória. 4°. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **PNAD 2008**: primeiras análises – o setor rural. Comunicado nº 42, março, 2010.
- KAMIYAMA, Araci. **Agricultura sustentável**. Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais. Secretaria do Meio Ambiente (SMA). São Paulo, 2011.
- LAKATOS, Eva Maria, e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LANDERS, John N. **Histórico, característica e benefícios do plantio direto**. Brasília. ABEAS. DF: Universidade de Brasília / Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2005.
- LOURENZANI, Ana Elisa Bressan Smith; LOURENZANI, Wagner Luiz; BATALHA, Mario Otávio. **Barreiras e oportunidades na comercialização de plantas medicinais provenientes da agricultura familiar**. In: Informações Econômicas, São Paulo, v.34, n.3, mar. 2004.
- MARION, José Carlos (Coor). **Contabilidade e controladoria em Agribusiness**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARQUELLI, Rodrigo Pedrosa. **O desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro**. Pós-Graduação (Especialização em Gestão Sustentável da Agricultura Irrigada, com área de concentração em Planejamento Estratégico. Brasília-DF, 2003.

MARTINS, Adriana Ferrer e BERGAMASCO, Sonia Maria Perreira Pessoa. **Identificação das práticas produtivas na reprodução social da agricultura familiar**: um estudo em Campinas – SP. In: XII Congresso Interno de iniciação Científica da Unicamp, 22 a 24 de setembro de 2004.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MELLO, R. L. **Agricultura familiar sustentabilidade social e ambiental**, 2007. Disponível em: <<http://agro.unitau.br:8080/dspace/handle/2315/137>>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 30ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOREIRA, Rodrigo Machado. **Transição agroecológica**: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP. Campinas, São Paulo, 2003.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajatória da sustentabilidade:do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estud. av. vol.26 no.74. São Paulo. 2012.

NAZZARI, Rosana Kátia; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; BRANDALISE, Loreni Terezinha (Org). **Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar**: uma experiência no Oeste do Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

OLIVEIRA, Nilza Duarte Aleixo de. **Desenvolvimento sustentável, inovação, tecnologia social e empreendedorismo coletivo em relacionamentos intercooperativos**: sistema creditag e cooperativas de produção agrícola de Rondônia. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2013.

PADILHA JUNIOR, João Batista. **Comercialização de produtos agrícolas**. Curitiba, 2006.

PEDON, Julismar da Silva. **Cooperativas Sustentáveis no Estado de Rondônia**: Estratégias para fortalecimento da Agricultura Familiar. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração). Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2013.

PRIMAVESI, Ana Maria. **Agroecologia e manejo do solo**. In: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, vol.5, nº. 3, Rio de Janeiro, set. 2008.

ROCHA, Jefferson Marçal d, SIMAN, Renildes Fortunato. **Desenvolvimento sustentável: desmistificando um axioma – a sustentabilidade na agricultura em questão.** X Encontro Nacional de Economia Política, 2005.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura.** São Paulo: Annablume. FAPESP. 1998.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Dicionário de Economia do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

SARTIN, Karla Roberto. **Papel das instituições de apoio à economia solidária junto a agricultura familiar:** Caso dos produtores agroecológicos do município de Cacoal-RO. In: XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, 15 a 18 de outubro de 2012.

SEPULCRI, Odílio. TRENTO, Edison José. **O mercado e a comercialização de produtos agrícolas.** Curitiba: Instituto Emater, 2010.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da, **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2º Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, Francisco José Lins de. **Agroecologia como ferramenta para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.** Consolidação do desenvolvimento rural – NEAD, 2011.

TINOCO, S. T. J. **Análise sócio-econômica da piscicultura em Unidades de produção agropecuária familiares da região de Tupã, SP.** Tese de doutorado em Aqüicultura. Jaboticabal, São Paulo, 2006.

TIVELLI, Sebastião Wilson. **Como controlar pragas e doenças no cultivo orgânico?.** Pesquisa & Tecnologia, vol. 10, n. 1, Jan-Jun. 2013.

TOMITA, Celso Katsuhiko. **Manejo em sistemas orgânico e convencional:** Epidemiologia e controle de doenças em culturas de goiaba, gipsofila, e pupunha. Tese (Pós-Graduação em Doutorado Fitopatologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração.** 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** In: XX Encontro Anual da ANPOCS - GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, Minas Gerais, 1996.

WAQUIL, Paulo Dabdab. MIELE, Marcelo. SCHULTZ, Glauco. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

## **APÊNDICE**

## Apêndice A- Roteiro semiestruturado para entrevistas com produtores rurais familiares

### Bloco 1 - Perfil do Produtor

Nome \_\_\_\_\_

1- Sexo:  F                       M

2- Idade:

até 30 anos;

entre 31 e 50;

mais de 51 anos.

3- Estado Civil:

Solteiro;

Casado;

Divorciado;

Viúvo;

Desquitado;

Outros \_\_\_\_\_

4- Escolaridade:

Nível fundamental:     completo                       incompleto

Nível médio:             completo                       incompleto

Nível superior:         completo                       incompleto

5- É natural de qual região?

Norte;

Nordeste;

Centro-Oeste;

Sudeste;

Sul.

6- Qual a renda familiar oriunda da atividade produtiva rural?

De 1 a 2 salários;

De 2 a 3;

De 3 a 4;

De 4 a 5;

Acima de 5.

7- A renda proporcionada pela propriedade corresponde ao necessário para manter financeiramente a sua família no meio rural?

sim.

não. Porque?

Não possui recursos para ampliar a produção;

área produtiva é pequena;

Outras \_\_\_\_\_

8- Possui renda complementar?

Não.

- sim. Qual?
- bolsa família;
- aposentadoria;
- auxílio doença;
- atividade remunerada desenvolvida fora da propriedade;
- outras \_\_\_\_\_

### **Bloco 2 - Caracterização da Agricultura familiar**

9- Com relação à propriedade o Sr. (a) é?

- Proprietário;
- Arrendatário;
- Posseiro;
- Parceiro;
- Meeiro;
- Comodatário;
- Uso coletivo;
- Outro. Qual?

10- Qual o tamanho de sua propriedade em hectares?

- até 10 hectares;
- 10 a 20 hectares;
- 20 a 30 hectares;
- 30 acima até 60 hectares.

11- Origem da Mão-de-obra empregada na propriedade:

- Familiar;
- Empregados com carteira assinada;
- Diaristas.

12- Qual atividade o Sr.(a) desenvolve em sua propriedade?

- Agricultura;
- Fruticultura;
- Horticultura;
- Criação de animais;
- outros.

### **Bloco 3 - Práticas Produtivas**

13- O preparo (manejo) do solo:

- Gradagem;
- Aração;
- Subsolagem;
- Plantio Direto;
- Outros: \_\_\_\_\_

14- Qual a fonte de trabalho utilizada?

- Tração humana;
- Tração Animal;
- Tração Mecanizada;



( ) outras.

15- Como é feita a conservação (manter em bom estado) do solo? \_\_\_\_\_

---

16- Utiliza-se irrigação?

( ) Não.

( ) Sim. Em qual etapa do processo produtivo? \_\_\_\_\_

17- Insumos produtivos utilizados na preparação do solo e no plantio?

( ) Fertilizantes naturais (esterco, compostagem);

( ) Fertilizantes químicos;

( ) Outros \_\_\_\_\_

18- Insumos utilizados no controle de pragas e doenças no cultivo das atividades produtivas?

( ) defensivos químicos/ Agrotóxicos;

( ) defensivos naturais/ caldo, extrato;

( ) inseticidas/fungicidas naturais;

( ) Nenhum método;

( ) Outros.

Se utilizar agrotóxico, qual a intensidade?

( ) 2 ou mais produtos

( ) 1 produto.

19- Beneficia a produção?

( ) Não.

( ) Sim. Tipo de Beneficiamento \_\_\_\_\_

20- Que tipo de embalagem utiliza?

( ) Plástica (sacos, sacolas, frascos, garrafas);

( ) Papel (sacos, envelopes, caixas de papelão);

( ) Caixas de madeira;

( ) Isopor;

( ) Estopa;

( ) Outras \_\_\_\_\_

( ) não utiliza.

21- Onde o Sr.(a) comercializa a produção?

( ) Venda para comércio local;

( ) Venda para cooperativas;

( ) Venda direta para consumidores;

( ) Venda para atravessador;

( ) Feiras;

( ) Venda para programas governamentais;

( ) Outras formas de comercialização \_\_\_\_\_

22- Os clientes (consumidores) cobram do Sr.(a) alimentos com mais qualidade, livre de produtos químicos?

( ) Não.

( ) Sim.

23- O Sr.(a) se preocupa com a qualidade dos produtos que vende, pensando na saúde dos consumidores e no meio ambiente?

- ( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_  
 ( ) Sim. De que forma faz isso? \_\_\_\_\_

**Obs.: Justificar conforme resposta da questão 18.**

24- Com que frequência o Sr.(a) recebe assistência técnica?

- ( ) Semanal;  
 ( ) Quinzenal;  
 ( ) Mensal;  
 ( ) Bimestral;  
 ( ) Semestral;  
 ( ) Anual;  
 ( ) Outra. Qual?

25- Quem fornece a assistência técnica?

- ( ) Técnicos autônomos;  
 ( ) Técnicos EMATER;  
 ( ) Técnicos Prefeitura Municipal;  
 ( ) Técnicos Sindicato Rural;  
 ( ) Outros \_\_\_\_\_

26- Faz utilização de fogo nas atividades produtivas?

- ( ) Sim. Com que frequência? \_\_\_\_\_  
 ( ) Não

27- Você sabe quais problemas podem ser causados pelas queimadas?

- ( ) Não  
 ( ) sim, quais \_\_\_\_\_

28- Qual a destinação do lixo gerado em sua propriedade?

- Papel \_\_\_\_\_  
 Plástico \_\_\_\_\_  
 Metais \_\_\_\_\_  
 Orgânico \_\_\_\_\_  
 Outros \_\_\_\_\_

29- Qual é o destino dos restos das culturas?

- ( ) Queima;  
 ( ) Alimentação animal;  
 ( ) Venda a terceiros;  
 ( ) Incorporação ao solo após a colheita.

30- Atualmente, quais são os maiores problemas enfrentados para manter as atividades em sua propriedade?

- ( ) Falta de assistência de técnica;  
 ( ) Carência de políticas públicas;  
 ( ) Dificuldade na obtenção de financiamentos;

( ) Problemas ambientais

( ) Outros: \_\_\_\_\_

31- Seus filhos pretendem continuar no trabalho rural?

( ) Sim.

( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

( ) Não sabe.

32- Quais as perspectivas futuras com relação às atividades produtivas?

( ) Pretende investir na produção;

( ) Diversificar a produção;

( ) Não pretende investir mais na produção;

( ) Deixar a atividade e morar na cidade;

( ) Outras \_\_\_\_\_

33- Você transmite para sua família a importância da preservação ambiental para a qualidade de vida das gerações futuras e manutenção da vida humana no planeta?

( ) não.

( ) sim, de que forma faz isso \_\_\_\_\_